



## REQUERIMENTO DE CREDENCIAMENTO CREDENCIAMENTO Nº 004/2025

**OBJETO:** Credenciamento de leiloeiros oficiais para a realização de alienação de bens móveis e outros bens inservíveis pertencentes ao Patrimônio do Município de Tuiuti, através da modalidade de Leilão, por intermédio de plataforma eletrônica.

### À Prefeitura do Município de Tuiuti/SP – Comissão de Credenciamento

Eu, Caroline de Sousa Ribas, portador da matrícula na JUCESP nº 738, RG Nº 34.136.183-5, CPF Nº 224.335.748-89, com endereço profissional Av Dom Pedro II, 620 – 20º Andar, Sala 202 - Jardim – Santo André/SP – CEP 09080-000, e de contato (11) 4425-2905, EMAIL: caroline@liderleiloes.com.br, requero ao Município de Tuiuti/SP e à Comissão supracitada meu credenciamento como leiloeiro oficial para realizar leilões oficiais destinados à alienação de bens móveis, de bens inservíveis e veículos usados, declarando total concordância com as condições estabelecidas no Edital do Credenciamento nº 004/2025.

### Declaro que:

- Cumpro os requisitos para a habilitação;
- Tenho ciência em relação ao inteiro teor do ato convocatório e de seus Anexos e concordância com suas condições;
- Inexiste impedimento a sua habilitação e que comunicará a superveniência de ocorrência impeditiva ao Município;
- Observa os incisos III e IV do art. 1º e que cumpre o disposto no inciso III do art. 5º, todos da Constituição Federal, que veda o tratamento desumano ou degradante;
- Cumpro a reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, quando cabível;
- Cumpro a reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, quando cabíveis.
- Foram observadas as disposições da Lei Federal no 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), e alterações, no tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis a que tenha acesso, para execução e acompanhamento do contrato, não podendo divulgar, revelar, produzir, utilizar ou deles dar conhecimento a terceiros, a não ser por força de obrigação legal ou regulatória.

Santo André, 27 de maio de 2025

**CAROLINE DE SOUSA RIBAS**  
**LEILOEIRA OFICIAL – JUCESP Nº 738**